



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Rogério Rodrigues de Souza Freire

O Programa Mulheres Mil: avanço ou retrocesso no enfrentamento da questão social ?

**CAMPINA GRANDE- PB
JAN/2014**

Orientando: Rogério Rodrigues de Souza Freire

O Programa Mulheres Mil: avanço ou retrocesso no enfrentamento da questão social ?

Artigo apresentado ao Curso de Serviço social da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, como exigência para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof(a) Ms. Alcilene da Costa Andrade Brito

**CAMPINA GRANDE- PB
JAN/2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F866p Freire, Rogério Rodrigues de Souza

O programa mulheres mil [manuscrito] : avanço ou retrocesso no enfrentamento da questão social? / Rogério Rodrigues de Souza Freire. - 2014.

32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Profa Ms. Alcilene da Costa Andrade Brito, Departamento de Serviço Social".

1. Programa mulheres mil. 2. Política social no Brasil. 3. IFPB. 4. Políticas públicas. 5. Inclusão social. I. Título.

21. ed. CDD 362.83

O Programa Mulheres Mil: avanço ou retrocesso no enfrentamento da questão social?

Rogério Rodrigues de Souza Freire

Aprovado em 21/01/2014

BANCA EXAMINADORA

Alcilene da Costa Andrade

Prof(a) Ms. Alcilene da Costa Andrade Brito

(orientadora)

Mirella de Almeida Braga

Prof(a) Ms. Mirella de Almeida Braga

(examinadora)

Patrícia Gomes Galdino

Patrícia Gomes Galdino

(examinadora)

CONCEITO FINAL: 9,0

FREIRE, Rogério Rodrigues de Souza. O Programa Mulheres Mil: avanço ou retrocesso no enfrentamento da questão social? Curso de Serviço Social. Campus I. UEPB, Campina Grande, 2014.

Resumo: O “Mulheres Mil” é um programa inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo brasileiro, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O referido programa compreende um sistema de cooperação existente entre os governos brasileiro e canadense, de responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IF’S). O nosso estudo aborda especificamente o “Mulheres Mil” e a sua implantação no IFPB Campus Campina Grande/PB percebendo a sua parcela de contribuição no enfrentamento da questão social. Para o desenvolvimento dos objetivos propostos neste trabalho, optamos por uma pesquisa bibliográfica que pudesse evidenciar o contexto histórico da Política Social no Brasil até chegar ao Programa Mulheres Mil. Este por sua vez mostrou-se ser um elemento importante para a consolidação do capital por permitir a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social, destacando que a educação profissional é capaz de produzir frutos importantes na conquista da emancipação humana e cidadã.

Palavras-chave: Mulheres Mil, governo brasileiro, IFPB, sociedade.

SUMÁRIO

Introdução	06
1. A Política de assistência social no Brasil	07
2. O conceito de política pública e seus desdobramentos.....	11
3. A política neoliberal e suas implicações na política de assistência social no Brasil.....	15
4. O plano Brasil sem miséria.....	20
5. A implantação do Programa Mulheres Mil.....	23
5.1 O Programa Mulheres Mil no contexto do IFPB Campus Campina Grande.....	25
Considerações Finais	30
Referências	31

INTRODUÇÃO

O nosso artigo tem como meta apresentar o Programa Mulheres Mil, que foi desenvolvido pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC –, tendo como objetivo a promoção da equidade, igualdade entre os sexos, combate à violência contra a mulher e o acesso à educação. O combate à pobreza é também alvo deste Programa tendo em vista sua articulação com as ações do programa Brasil Sem Miséria¹.

O Programa Mulheres Mil foi instituído em âmbito nacional por meio da Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011, tendo como principais executores a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em especial destacamos a participação do IFPB, Campus Campina Grande e sua experiência na implantação e execução do referido Programa como elemento de erradicação da miséria de mulheres em situação de vulnerabilidade social, no enfrentamento na questão social.

Para entendermos como se deu esse processo realizamos uma breve contextualização histórica, passando pelo surgimento das primeiras manifestações de caridade, filantropia e assistência social, destacando a influência da Igreja Católica na consolidação das políticas públicas no Brasil, percebendo os impactos do Neoliberalismo na reforma do Estado e os mecanismos de controle criados ao longo dos anos pelo governo federal até chegar à atualidade.

No percurso por nós traçado para o desenvolvimento do nosso estudo optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica que segundo Marconi e Lakatos (1992), “a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”, por entender a importância da mesma na compreensão e análise dos fatos históricos que foram fundamentais na construção da Política social no Brasil e do Programa Mulheres Mil. Esta por ser ainda uma política nova nos aguçou o interesse em pesquisar o que até então vinha sendo produzido.

Apresentamos, através da construção do nosso artigo, a experiência do Programa Mulheres Mil no Campus Campina Grande do IFPB, com isso demonstramos mesmo que de forma superficial a parcela de participação do referido Programa no enfrentamento da questão

¹ Brasil sem Miséria é um programa social do governo federal brasileiro, criado na gestão da presidente Dilma Rousseff. Lançado em junho de 2011, o programa tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$ 70 por mês. O Brasil sem Miséria consiste na ampliação do programa anterior de combate à pobreza do Governo Lula (Bolsa Família).

social e do fortalecimento do sistema capitalista, bem como recolhemos dados para pesquisas futuras ligadas ao tema em estudo.

1. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Ao longo da história da humanidade sempre existiram aqueles que estavam à margem da sociedade, pobres e incapazes, miseráveis e desvalidos oprimidos ou assim considerados. Cidadãos que o sistema inclui e torna refém de um estereótipo excludente em que as condições mínimas de sobrevivência são inviabilizadas, e é aí que as práticas assistenciais entram em cena, como afirma Carvalho (2008, p. 10):

A prática da assistência ao outro está presente na história da humanidade desde os tempos mais remotos, não se limitando nem à civilização judaico-cristã, nem às sociedades capitalistas. Sob a ótica da solidariedade social, pobres, viajantes, incapazes e doentes eram alvos de ações que assumiram formas variadas nas diferentes sociedades, sempre motivadas pela compreensão de que entre os homens nunca deixarão de existir os mais frágeis, carecedores de ajuda alheia.

Diante do acima citado percebemos que as desigualdades postas na sociedade e nos grupos religiosos alimentaram práticas de ajuda a estas parcelas vulneráveis da sociedade, unindo preceitos religiosos e morais, com o intuito de reparar os danos que por várias circunstâncias se deram ao longo de nossa história. A naturalização destas ações alimentou, e vemos que ainda alimenta uma postura social voltada para resoluções imediatistas e fatalistas.

A responsabilidade de cuidar e alimentar esta parcela (de situação social reduzida) cabia aos grupos religiosos e aos cidadãos que pelo sentimento de caridade foram “tocados”, uma espécie de “chamado divino”. Essa responsabilidade social ficava limitada aos muros das Igrejas, não cabendo ao Estado se responsabilizar com tal situação, pois “ao Poder Público caberia somente catalisar e direcionar os esforços de solidariedade social da sociedade civil”, Carvalho (2008, p. 12). Assim, essa tarefa ficaria a cargo apenas da moral e dos preceitos religiosos, pois a Igreja Católica “entendia a ação social como ato de justiça e amor, visando à expansão do Corpo Místico do qual todos participavam como membros batizados da Igreja”. Fehlberg (2009, p. 28)

No entanto, ao perceber a importância da política social em assistir aos pobres e desvalidos, o Estado tomou para si esta responsabilidade, claro que de forma ainda caracterizante do “bem” e filantrópica, com influência direta e explícita da moral cristã.

[...] Assim, a assistência social é comumente identificada como um ato subjetivo, de motivação moral, movido espontaneamente pela boa vontade e

pelo sentimento de pena, de comiseração ou, então, quando praticada pelos governos, como providência administrativa emergencial, de pronto atendimento, voltada tão somente para reparar carências gritantes de pessoas que quedaram-se em estado de pobreza extrema. (PEREIRA, 2002, p. 1)

Percebemos que no Brasil a assistência social tem suas origens fundamentadas em “uma prática que pertence ao campo da ajuda, da caridade, da benemerência, da fraternidade, da filantropia, da solidariedade, ou pertencente ao campo do gesto”, Sposati (2007, 444- 445), características relacionadas às raízes religiosas de influência da Igreja Católica, que desde o descobrimento fincou suas raízes em nossas terras. Esta por sua vez perdurou como majoritária por séculos ditando costumes e posicionamentos societários de cunho metafísico e teológico.

A caridade das primeiras damas, das beatas, das freiras e de outros membros da Igreja ligados a movimentos leigos era costumeira, realizada de forma isolada. Essas ações se davam de maneira a atender uma situação eventual e passageira, sendo restritiva. Essas características possibilitaram o surgimento de instituições e obras de caridade encabeçadas pela sociedade civil, alicerçadas na doutrina Social da Igreja² conforme relata Fehlberg (2009, p. 27)

[...] o desenvolvimento econômico e as novas demandas sociais foram levando o Estado a um redimensionamento, assim como as instituições da Sociedade Civil, sendo que a igreja católica também se fazia presente neste contexto, onde era protagonista da criação de Entidades Confessionais, Filantrópicas e/ou Associativas, baseadas no ideário do estabelecimento na sociedade da moral e bons costumes e da re-cristianização da ordem burguesa. Como parte da doutrina social da igreja católica, em 1891, é publicada a *Rerum Novarum*, a grande Encíclica Social do Papa Leão XIII, documento que trata pela primeira vez da condição de vida da classe operária e se torna uma verdadeira carta da justiça social.

As Santas Casas de Misericórdia³ foi um exemplo dessas ações, voltada ao atendimento dos mais carentes. Essa carência que é fruto da questão social que se manifestava de forma crescente na sociedade, frutos do poder, como afirma Pereira (2002), “sendo assim,

² Doutrina Social da Igreja (DSI) é o conjunto dos ensinamentos contidos na doutrina da Igreja Católica e no Magistério da Igreja Católica, constante de numerosas encíclicas e pronunciamentos dos Papas inseridos na tradição multissecular, e que tem suas origens nos primórdios do Cristianismo. Tem por finalidade fixar princípios, critérios e diretrizes gerais a respeito da organização social e política dos povos e das nações. É um convite a ação. A finalidade da doutrina social da Igreja é "levar os homens a corresponderem, com o auxílio também da reflexão racional e das ciências humanas, à sua vocação de construtores responsáveis da sociedade terrena".

³ Em agosto de 1498, surgiu em Portugal a Irmandade da Misericórdia, entidade com fins humanitários, instituída com o compromisso da Misericórdia de Lisboa, inspirada no exemplo de caridade de Frei Miguel de Contreiras e patrocinada pela Rainha Leonor de Lancastre, esposa de Dom João II. A primeira Casa de Misericórdia do Brasil, denominada “Hospital de Santos”, foi fundada por Braz Cubas, em 1543, com o objetivo de exercer a caridade onde quer que houvesse dor física ou moral a aliviar.

a assistência social não passa de uma incômoda reserva estratégica ou uma "tapeação" política das elites no poder, que a acionam para encobrir as falhas das demais políticas socioeconômicas". Desse modo, a caridade é defendida como um dever cristão e não como possibilidade de formar laços na comunidade.

No século XVIII, com a Revolução Industrial, a Europa foi marcada por várias crises econômicas, como a grande crise de 1929 "Considerada como a maior crise econômica do capitalismo em escala mundial". Behring e Boschetti, (2010, p. 68), causando uma repercussão política e social. O binômio capital e trabalho passou a se opor de forma mais acentuada, caracterizando-se essencialmente pela exploração do homem pelo homem, num constante embate de interesses divergentes.

Com o passar do tempo foram surgindo práticas de forma mais efetiva e que puderam dar continuidade ao projeto, ficando o mesmo mais claro e objetivo, com o intuito de atender a pobreza que manchava a imagem da sociedade capitalista que crescia e necessitava se afirmar como tal. Nesse sentido o Estado assume o papel de apoiador, contribuindo financeiramente para que esta ação filantrópica aconteça, e assim possa colher os frutos gestados, sendo por um longo período fonte profícua de aplausos e votos para políticos e benfeitores sociais.

Essa realidade foi se gestando desde o século XIX, impactando nas políticas sociais futuras da década de 30 do século XX como afirma Behring e Boschetti, (2010, p. 79):

Até 1887, dos anos antes da proclamação da República do Brasil (1889), não se registrara nenhuma legislação social. No ano de 1888, há a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública, inaugurando uma dinâmica categorial de instituição de direitos que será a tônica da proteção social brasileira até os anos 60 do século XX. Em 1889, os funcionários da Imprensa Nacional e os ferroviários conquistam o direito à pensão e a 15 dias de férias, o que irá se estender aos funcionários do Ministério da Fazenda no ano seguinte. Em 1891, tem-se a primeira legislação para a assistência à infância no Brasil, regulamentando o trabalho infantil, mas que jamais foi cumprida, confirmando a tendência anteriormente sinalizada da distância entre intenção e gesto no que se refere à legislação social brasileira. Em 1892, os funcionários da Marinha adquirem o direito à pensão.

As mudanças ocorridas nas primeiras décadas do século XX, no mundo do trabalho, com a criação de sindicatos rurais e urbanos, as primeiras greves, sendo reconhecido o direito de livre organização sindical em 1907, guerras mundiais, recessão econômica e golpes de estado, trouxeram novas e importantes demandas sociais, fazendo surgir novas manifestações da questão social que outrora não se encaixavam no modelo de pobreza aceito. Pois, "Tais

conquistas, contudo, não conseguiram impor a ruptura com o capitalismo”. Behring e Boschetti, (2010, p. 64)

Durante o período que antecede a Redemocratização no Brasil (anos 80), num cenário em que a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base⁴ ganham terreno no Brasil, a característica predominante ainda era a benesse que assumia o lugar do direito. O cidadão para ter acesso a esta, tinha que se enquadrar como trabalhador, possuir vínculos com carteira assinada, não está dentro de uma parcela da sociedade considerada preguiçosa e que não almejava sair desta condição de miserabilidade constante. No entanto, “a maior parte da população não possuía vínculo empregatício, restringia-se a poucos o acesso aos direitos sociais. Aos desempregados restava a caridade das instituições filantrópicas”. Carvalho (2008, p. 16).

Mesmo os trabalhadores possuidores dos vínculos trabalhistas passavam por condições de miserabilidade. A jornada exaustiva de trabalho, as péssimas condições do ambiente laboral, a falta de equipamento adequado e os salários baixos eram fatores que corroboravam para a situação de miséria e doença em torno dos trabalhadores brasileiros. Todos esses problemas acima mencionados fizeram crescer ainda mais a indignação em busca de garantir direitos sociais e trabalhistas e não troca de favores que contribuía para que o trabalhador se tornasse cada vez mais um ser alienado.

Diante disso, percebemos que o Estado de Bem Estar Social⁵ assume um papel importante na garantia de um padrão social mínimo de sobrevivência, em que direitos e serviços são garantidos para atenuar a realidade que se mostra devastadora. Com essa preocupação, a assistência social toma para si o dever de firmar no hoje com vistas no amanhã como afirma Pereira, 2002:

A assistência social também é *componente da seguridade social* porque integra e define um veio da seguridade, que é a sua dimensão distributiva, por oposição à dimensão contributiva definida pela previdência social. Além disso, ela deve agir não só no sentido de livrar os seus destinatários dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os preventivamente das adversidades causadas por enfermidades, velhice,

⁴ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são comunidades inclusivistas ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação após o Concílio Vaticano II (1962-1965) se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial e de carências e misérias em comum, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social através do método ver-julgar-agir.

⁵ Estado de bem-estar social, Estado-providência ou Estado social é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com o país em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população.

abandono, desemprego, desagregação familiar etc. É nesse sentido que ela deve funcionar como uma rede de proteção impeditiva da pobreza extrema.

A classe trabalhadora diante disso se vê desfavorecida, preocupada com os rumos de tal situação e para atenuar os ânimos dos trabalhadores o Estado cria a Lei Eloy Chaves, publicada em 24 de janeiro de 1923, como o objetivo de consolidar a base do sistema previdenciário brasileiro, com a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões⁶ para os empregados das empresas ferroviárias, o que de acordo com Bravo e Pereira (2002), trouxe mais tarde benefícios para outras categorias.

Essa atitude não passara de uma estratégia, pois estas categorias junto com os marítimos detinham um poder de pressão, podiam influenciar um movimento contrário aos interesses da classe abastada da época e por isso deveria ser foi uma solução imediata com o intuito de impedir uma possível articulação entre estes setores.

[...] Naquele momento, o Brasil tinha uma economia basicamente fundada na monocultura do café voltada para exportação- eis aqui a base da nossa heteronomia-, produto responsável por cerca de 70% do PIB nacional. Por isso os direitos trabalhistas e previdenciários foram reconhecidos para aquelas categorias de trabalhadores inseridas diretamente nesse processo de produção e circulação de mercadorias. (BEHRING e BOSCHETTI, 2010, p. 80)

Estes benefícios atingiam aos trabalhadores que se encontravam no mercado formal e aos que não se encaixavam nesse modelo proposto foi criado na década de 1940 a Legião Brasileira de Assistência – LBA⁷, que objetivava inicialmente atender as famílias dos pracinhas combatentes da 2ª Guerra Mundial e posteriormente passaria a atender um maior contingente de pessoas em estado de vulnerabilidade social, os excluídos. Essas iniciativas tinham como característica fundamental a seletividade com o intuito de beneficiar uma pequena parcela que se encaixava no perfil proposto, característica esta que até hoje perdura nas políticas sociais de inclusão.

2. O CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Diante disso, o que significa a política ideal? Segundo Pereira, 2002:

⁶ A previdência social no Brasil deu seus primeiros passos com a Lei Elói Chaves, de 1923, que criou as Caixas de Aposentadorias e pensões (CAPs), que eram geralmente organizadas por empresas e empregados. As CAPs operavam em regime de capitalização, porém eram estruturalmente frágeis por possuírem um número pequeno de contribuintes e seguirem hipóteses demográficas de parâmetros duvidosos; outro fator de fragilidade era o elevado número de fraudes na concessão de benefícios.

⁷ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada em 1942 pelo Governo Vargas e foi extinta em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Política Pública significa, portanto, ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e - previstos nas leis. Ou, em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços.

A política pública demanda regras e responsabilidades que possibilitam uma organização das ações necessárias ao bem estar do cidadão, a garantia de direitos, ou seja, “a gestão de uma política de Estado exige mais do que o gesto, pois depende de efetivas condições permanentes na gestão pública”. Sposati (2007, p. 445).

No final da década de 1930 e início de 1940, outras inovações foram gestadas com o intuito de fortalecer o mercado do trabalho, criar mecanismos de controle social e econômico que favorecesse o avanço do capitalismo, proporcionando ferramentas que contribuíssem para uma qualificação tecnológica.

Com o governo Vargas⁸, o Brasil passou por mudanças importantes com a criação da Justiça do Trabalho em 1939 e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)⁹ em 1943, garantindo direitos trabalhistas importantes como férias e redução da jornada. Posteriormente, com o governo Kubitschek que traz um ideário desenvolvimentista tendo a indústria automobilística e a construção de Brasília como seus pilares. Esse período expressou uma “forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucro, elevação do padrão de vida”. Behring e Boschetti, (2010, p. 88).

Essas inovações tiveram o objetivo claro de fortalecer o mercado de trabalho, criar mecanismos de controle social e econômico que favorecesse o avanço do capitalismo, e suas estratégias de controle ideológico, proporcionando ferramentas que contribuíssem para uma qualificação tecnológica adequada ao novo modelo econômico. Assim, “as tecnologias incrementadas no esforço de guerra transformaram-se em meios de produção na indústria civil, bem como alguns produtos.” Behring e Boschetti, (2010, p. 88). Com o fim do Governo Vargas e do Governo Kubitschek, o Brasil passara por um período turbulento, de transformações societárias marcantes em todos os setores da sociedade civil.

⁸ Foi presidente do Brasil em dois períodos. O primeiro de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, e que dividiu-se em 3 fases: de 1930 a 1934, como chefe do "Governo Provisório"; de 1934 até 1937 como presidente da república do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da república pela Assembléia Nacional Constituinte de 1934; e de 1937 a 1945, como presidente-ditador, enquanto durou o Estado Novo implantado após um golpe de estado.

⁹ A CLT, ou Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 é composta por oito capítulos que abrangem e especificam direitos de grande parte dos grupos trabalhistas brasileiros. Nos seus 944 artigos são encontradas informações como: identificação profissional, duração (jornada) do trabalho, salário mínimo, férias anuais, segurança e medicina do trabalho, proteção ao trabalho da mulher e do menor, previdência social e regulamentações de sindicatos das classes trabalhadoras.

Com o golpe militar de 1964¹⁰, apoiado por diversos setores conservadores da sociedade brasileira, como empresários, jornais e a Igreja Católica, a sociedade viveria um novo capítulo de sua história e a classe trabalhadora também não ficaria fora dessas mudanças, pois a liberdade e os direitos sociais adquiridos ao longo de décadas de lutas estavam em “xeque”. A política conservadora do “milagre econômico” roubava a cena, minando ações que iam de encontro ao grande capital e ao poder político vigente, como movimentos e pastorais sociais.

O golpe durou mais de 20 anos (1964- 1985), o regime autoritário chegava ao fim com o processo de abertura política, com a força da sociedade civil que decidiu ir às ruas em busca de liberdade política e social. Os movimentos sociais de esquerda ganham vez e voz e a sociedade acorda de um pesadelo que impediu a democracia acontecer.

Diante desse período de redemocratização pelo qual o Brasil passava, levando vários setores da sociedade a questionar os direitos e os deveres do cidadão, se tornava legítimo pensar uma nova Constituição Federal, mais eficaz e duradoura do que àquela de 1934¹¹ e isso ocorreu com a Constituição Cidadã, promulgada em 5 de outubro de 1988, num período de redemocratização após o regime militar pelo qual o Brasil passara.

Na Constituição Federal de 1988, chamada de “cidadã”, as políticas públicas passaram a ser dever do Estado, direito do cidadão, de forma democrática, participativa e descentralizada qualificando-a como política de seguridade social - art. 194 da Constituição Federal; Direitos Fundamentais:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único - Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;

¹⁰ Golpe Militar de 1964 designa o conjunto de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, que culminaram, no dia 1 de abril de 1964, com um golpe de estado que encerrou o governo do presidente João Goulart.

¹¹ A Constituição Brasileira de 1934, promulgada em 16 de julho pela Assembléia Nacional Constituinte, foi redigida "para organizar um regime democrático, que assegure à Nação, a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico", segundo o próprio preâmbulo. Ela foi a que menos durou em toda a História Brasileira: durante apenas três anos, mas vigorou oficialmente apenas um ano (suspensa pela Lei de Segurança Nacional). O cumprimento à risca de seus princípios, porém, nunca ocorreu. Ainda assim, ela foi importante por institucionalizar a reforma da organização político-social brasileira — não com a exclusão das oligarquias rurais, mas com a inclusão dos militares, classe média urbana e industrial no jogo de poder.

VI -diversidade da base de financiamento;
VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Uma importante mudança no cenário nacional foi transformar a prestação de serviços realizada no passado, que era feita de forma focalizada, centralizada e em sua maioria caritativa, em direitos sociais de forma permanente, saindo do favor para o direito, universalizando os serviços sociais “Uma importante mudança no cenário nacional”. No entanto, cabe ressaltar que ainda há resquícios destas características focalizadas e seletivas nas políticas públicas.

A Constituição de 1988 assim garante:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A vulnerabilidade social centralizada em estereótipos pensados e repensados por décadas como modelos para se definir quem eram os beneficiados com os “favores e benesses assistencialistas”, passaram a ser garantidos em lei. A universalização dos direitos foi a grande conquista. Pela primeira vez na história do Brasil direitos sociais foram garantidos constitucionalmente.

Vale ressaltar que esta mesma Constituição trouxe elementos importantes de conflito entre a sociedade civil e o poder econômico instituído. Por um lado, a conquista de direitos colocava em prática a política de Bem Estar Social, era necessário amenizar os efeitos devastadores do capitalismo e por outro era indispensável priorizar a minimização do Estado e sua função protetora.

Dessa forma, a história do Brasil até a Constituinte de 1988, passou por mudanças sociais econômicas e políticas relevantes, que permitiram ao cidadão vislumbrar e conquistar direitos.

É que essa mudança constitui, de fato, uma verdadeira revolução no campo da proteção social brasileira, exigindo não só a alteração de paradigmas, concepções, legislação e diretrizes operacionais, mas o rompimento com a

antiga cultura conservadora que se baseava em arraigados mecanismos viciosos de atenção à pobreza como: paternalismo, clientelismo, fisiologismo, dentre outros. (PEREIRA, 2002, p. 4)

Para tanto, foi necessário um processo de tomada de consciência, em que a Democracia é posta como elemento fundante na consolidação da cidadania. Esse caminho é árduo e capaz de transformar realidades postas. Pereira (2002, p. 4) afirma que esse processo é cheio de conflitos:

Trata-se, mais exatamente, de um processo (geralmente conflituoso) de escolha e tomada de decisões coletivas, com vista à construção de planos de ação voltados para a satisfação sistemática, continuada e previsível de necessidades sociais. Ou melhor, trata-se de um processo que implica não só *gestão e aplicação* de programas, serviços e recursos mas, tendo como principal compromisso a melhor satisfação possível de necessidade sociais.

Estas necessidades sociais vão além do biológico e do natural, a questão social fez surgir demandas novas que envolvem o emocional e o racional dos indivíduos. Esta nova demanda tem relação permanente com a auto-estima, com a valorização do ser social como tal, dando a ele ferramentas que o impulsiona a buscar dias melhores, mesmo em “um tempo de capital fetiche” de transformações sociais humanas de grande destaque para a história do hoje e do futuro.

3. A POLÍTICA NEOLIBERAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Com a Constituição Federal de 1988 a política social brasileira ganhou uma nova roupagem, pois antes desta as ações sociais eram fragmentadas e insuficientes nas áreas de previdência, assistência e de saúde, com a promulgação e o reconhecimento da assistência social todos os cidadãos puderam buscar os serviços básicos de proteção social garantidos em lei, contribuintes ou não, rompendo com restrições excludentes alimentadas por décadas de história. As políticas públicas passaram a ser entendidas como direito do cidadão e dever do Estado.

Assim, mudanças sociais e econômicas importantes no cenário brasileiro e mundial foram impulsionando e alimentando evidentemente estas transformações desde os anos 70 e 80, com a supremacia do modelo capitalista em detrimento do socialismo. O desenvolvimento econômico trouxe assim uma necessidade constante de renovação, crescimento, avanço e perpetuação dos moldes econômicos firmados no livre comércio e no lucro, pois “a tendência do capitalismo é intensificar incessantemente a produtividade do trabalho, aumentando a

massa de meios de produção, de forma que a produtividade tem um papel central na determinação da taxa de lucro”. Behring e Boschetti, (2010, p. 118).

Essas mudanças desencadearam um novo modelo que ficou conhecido como Neoliberalismo¹², que tinha como pano de fundo um conjunto de ideias econômicas e políticas fundamentadas em uma superação da participação do Estado na economia, avanço das privatizações, avanço das multinacionais, defesa dos princípios e regras do capitalismo.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a implantar o modelo Neoliberal, sendo lançadas as bases no final do período ditatorial e início da redemocratização do país. Com o processo de Redemocratização ocorrendo no Brasil, influenciado pelas Diretas Já¹³ em que o povo foi às ruas, pela vitória de Tancredo Neves a Presidente da República através do Colégio Eleitoral, em 1985 e finalmente pela Assembléia Constituinte de 1988, o Brasil prepara o terreno para a Democracia, pois “O fortalecimento da federação implica necessariamente no fortalecimento da democracia” Carvalho (2008, p. 31).

Estes novos ares democráticos trouxeram uma leva de cidadãos às ruas em busca do tão sonhado “pendão da esperança”, da vitória da “Pátria amada” sobre aqueles que durante décadas privaram seu povo da liberdade, o aprisionando e o impedindo de se manifestar contrário a essa política ditatorial impositiva.

Os governos de Fernando Collor de Melo 1990-1992 e Fernando Henrique Cardoso 1995-2003 lançaram as bases do neoliberalismo no Brasil, com avanço das privatizações e mudanças na economia a partir da implantação do plano real no governo de Itamar Franco e da abertura para o capital estrangeiro.

Se no Brasil o neoliberalismo vinha aos poucos ganhando espaço como alternativa política à crise, é no período Collor que efetivamente ele se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e mesmo de setores significativos do pequeno e médio empresariado e, especialmente, daquela parcela do movimento organizado dos trabalhadores identificada com a Força Sindical. Teve início o processo de privatização das estatais, o Brasil abriu sua economia para o capital estrangeiro e o mercado passou a ser o grande agente organizador da Nação, enquanto os trabalhadores, como classe, começaram a sofrer um bombardeio incessante em seus direitos (NEGRÃO, 2010, p.7).

¹² Neoliberalismo, como entendido, é um produto do liberalismo econômico neoclássico. O termo foi cunhado em 1938 no encontro de Collor que Walter Lippmann pelo sociólogo alemão e economista Alexander Rüstow. O termo se refere a uma tentativa de redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas as quais o liberalismo se opõe, criando assim um híbrido ideológico que só é tratado e reconhecido pelos seus críticos.

¹³ Diretas Já foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido em 1983-1984.

Os rumos dados à economia brasileira por Collor e FHC foram continuados pelo governo de Lula e conseqüentemente por sua sucessora, a atual presidente, Dilma Rousseff. Nestes, a política econômica teve um avanço no que tange a participação das grandes multinacionais em setores de primeira necessidade com as privatizações e a conseqüente redução das empresas estatais, que vem perdendo espaço na sociedade capitalista que ganha força.

A hegemonia burguesa se confirma assim como capaz de colocar a classe trabalhadora brasileira e os grandes capitalistas que alimentam as campanhas eleitorais em lados opostos. Assim, nas primeiras eleições democráticas do Brasil eram claro dois projetos antagônicos e divergentes. Conforme afirma Velasco e Cruz (1997) apud Behring e Boschetti (2010, p. 142).

[...] os diagnósticos e projetos eram radicalmente diferentes nas candidaturas de Lula e Collor, que chegaram ao segundo turno do pleito, expressando as tensões entre as classes sociais e segmentos de classe ao longo dos anos 1980.

De um lado Luiz Inácio Lula da Silva do PT- Partido dos Trabalhadores¹⁴ se posicionava como esquerda apoiado pela classe trabalhadora, movimentos sindicais do ABC Paulista¹⁵ e partidos de esquerda. Do outro lado, Fernando Collor de Mello, que tinha entre os seus apoiadores setores de direita, a grande mídia nacional e os grandes capitalistas.

Vencendo as eleições, Collor de Melo, logo iniciou a política de ajuste neoliberal, a qual, sendo pano de fundo, deu ao Brasil uma nova fisionomia, recuperando a economia dos abalos sofridos na década de 80, reduzindo custos, redirecionando o papel do Estado e dando “o ponta pé” na política de privatização.

Os direitos constitucionais adquiridos em 1988 passaram a ser colocados contra a parede. O Estado com as privatizações se afastou da responsabilidade de prestar serviços à sociedade. Com isso, a Política Pública vem passando por um processo de desmonte, perdendo cada vez mais espaço, dando lugar ao setor privado.

¹⁴ O Partido dos Trabalhadores (PT) é um partido político brasileiro. Fundado em 1980, é um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América do Sul. Com 1 549 180 filiados, o PT é o segundo maior partido político do Brasil, atrás apenas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

¹⁵ ABC Paulista, Região do Grande ABC, ABC ou ainda ABCD é uma região tradicionalmente industrial do estado de São Paulo, parte da Região Metropolitana de São Paulo, porém com identidade própria. A sigla vem das quatro cidades, que originalmente formavam a região, sendo: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C) - Diadema (D) é às vezes incluída na sigla. Essas três cidades possuem nomes de santos, dados em ordem alfabética no ato de suas fundações, devido à influência da religião católica na região, fato este que deu a origem da sigla "ABC" Paulista, a região dos três santos de São Paulo.

Paralelo a essa realidade, a necessidade de afirmação da assistência social deu um importante passo na sua consolidação. Em dezembro de 1993 foi aprovada a LOAS¹⁶ (Lei Orgânica da assistência Social) trazendo em seu 1º artigo a afirmação da Assistência social como direito em conformidade com a Constituição de 1988:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A assistência social não nasce com a Constituição de 1988 e com a LOAS, ela já existia como prática social, e alcança nesses marcos o status de Política Social, universalizando as ações e responsabilizando o Estado. Com a definição mencionada pela LOAS a assistência social brasileira se consolida como Política Pública. Ela direciona os procedimentos e ações dentro da política partindo de uma concepção emancipadora em que o cidadão é visto como detentor de direitos, não como agente de uma ação caritativa e puramente assistencialista.

A assistência social passa a ter como órgão superior de deliberação o CNAS¹⁷(Conselho Nacional da Assistência Social). Os recursos para a viabilização da Política de Assistência provêm do Governo Federal dos Estados e dos Municípios, tendo o Fundo Nacional da Assistência como responsável por repassar os recursos propostos para a execução.

Vemos na LOAS:

Art. 17. Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Em 1994 com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência da república, após o *impeachment*, em 1992, de Fernando Collor em que seu vice Itamar Franco assumiu o governo é dado continuidade às contrarreformas do Estado e a prática da estratégia de ajuste neoliberal no país. A política neoliberal ganhou ainda mais força com a continuidade do projeto de privatização do patrimônio público em todos os setores da sociedade brasileira.

¹⁶ Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993.

¹⁷ Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é o órgão do governo brasileiro, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pela coordenação da política nacional de assistência social. Foi criado pela LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social, número 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Ao longo dos anos 1990, propagou-se na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros uma avassaladora campanha em torno de reformas. A era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de *outsider* (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. (BEHRING e BOSCHETTI, 2010, p. 148).

Com o controle da economia, tendo o já citado plano real como carro chefe do seu governo, houve uma estabilidade dos preços, através do controle da inflação. O avanço da flexibilização do trabalho e conseqüentemente enxugamento da máquina pública deram ao governo FHC a possibilidade de um segundo mandato. Era necessário com isso dá continuidade ao processo de reformas pelo qual o Estado estava passando.

Diante disso, Behring e Boschetti (2010, p. 148), afirmam que todo esse projeto tinha uma meta bem definida.

Reformulando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada -, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”.

Destacamos que esse “projeto de modernidade”, - política neoliberal, proporcionou a seguridade social perdas significativas, pois foi com o enxugamento do Estado e a conseqüente diminuição dos investimentos nas políticas, que o acesso a estas pelo cidadão foi dificultado. O crescimento da participação do privado nesses serviços impede que aqueles que não têm condições objetivas tenham acesso a serviços de qualidade. Um exemplo claro disso é a participação do privado na saúde, que vem crescendo a cada dia, seja de forma clara e objetiva ou de forma mascarada como no caso da EBSEH¹⁸.

Esta política privatista tem um objetivo claro de beneficiar certas parcelas do capitalismo e alimentar a globalização. Desta forma, as manifestações da questão social são implementadas através de políticas sociais inadequadas para suprir à demanda que só cresce, pois o projeto neoliberal tem por finalidade atingir os direitos sociais conquistados e dá soluções pontuais que não resolvem o problema e sim o maximizam.

Diante disso, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS¹⁹, através do Sistema Único de Assistência Social²⁰, tem um grande desafio, pois a responsabilização do Estado

¹⁸ A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) é uma empresa pública de direito privado, criada pela Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, com o estatuto social aprovado pelo Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011.

¹⁹ Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, Normas Operacionais Básicas NOB/SUAS.

perante a realidade social não deve ser substituída por ações isoladas da sociedade civil. Esse não é o papel da população e sim do Estado que retira dos nossos impostos subsídios para custear toda a estrutura pública e beneficiar o grande capital que presta favores em troca de muitos outros. O Estado tem a função de formular e por em prática as políticas públicas de maneira a atender a todos.

Em 2003, com o objetivo de combater a pobreza foi criado o programa Fome Zero, de cunho assistencialista. Ainda em 2003, o Governo Federal lançou o Programa Bolsa Família (PBF)²¹, um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Estes programas de transferência de renda têm uma característica que nos chamou a atenção, a figura feminina e sua construção do saber. A figura da mulher é tomada como referência, como foco das ações e estratégias do Programa. Nesse sentido toma-se a mulher como referência por perceber nela a importância que tem na família, administrando e direcionando a renda de forma mais adequada à realidade vivenciada.

A política neoliberal gera impactos na Assistência Social colocando o Estado como burocrático, como incapaz de resolver as manifestações da questão social e só o capital pode dá respostas mais eficazes, pois detém melhores ferramentas advindas das transformações geradas pela globalização tecnológica e científica.

4. O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA E SEUS REBATIMENTOS

Com a estabilidade financeira apregoada como sucesso pelo Governo, sendo elemento de destaque para a melhoria das condições de vida no Brasil foi possível favorecer o avanço de programas compensatórios como o “Bolsa Família”²² e, em seguida, o “Brasil Sem Miséria”, criados com o intuito de compensar uma grande parcela da sociedade que vive à margem, dando a ela um pequeno valor, com o intuito de favorecer a diminuição da miséria no país.

²⁰ O SUAS é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social. O SUAS foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a partir do previsto na lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

²¹ Criado para integrar e unificar ao Fome Zero os programas implantados no Governo FHC: o Bolsa Escola, o Auxílio Gás, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação.

²² O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa do Governo Lula(2003) de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, criado para integrar e unificar ao Fome Zero os programas implantados no Governo FHC: Sendo eles: Bolsa Escola, o Auxílio Gás, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação.

A manutenção dos gastos com os programas das políticas sociais compensatórias, como “Bolsa Família” e “Brasil sem miséria”, faz parte da estratégia de conquista do apoio passivo das massas trabalhadoras desorganizadas, manifesto no índice *Record* de aprovação no primeiro ano de mandato obtido pela presidente em 2011, o que mostra que o chamado *lulismo* (SINGER, 2009) continua a operar em favor da hegemonia neoliberal. Nestas iniciativas se vislumbra o verdadeiro conteúdo do pretenso “social-desenvolvimentismo” dos governos Lula e Dilma Roussef, ou seja, políticas meramente indutivas baseadas na renúncia fiscal e no financiamento público e voltadas para fortalecer a inserção internacional das empresas imperialistas do país, brasileiras ou não, e para atender à administração cotidiana da crise. (MACIEL, 2012, p. 5)

As políticas implantadas pelo governo nos últimos anos promovem o fortalecimento do mercado e do sistema financeiro, e tem ainda em seu objetivo principal o interesse em induzir os menos esclarecidos a acreditar que o objetivo destas é contribuir com a diminuição da desigualdade, quando na verdade é uma tentativa de mascarar a realidade e passar uma boa imagem do país aos investidores e grandes capitalistas nacionais e internacionais e ainda possuir um cunho eleitoreiro, capaz de tentar blindar políticos e partidos.

A questão social está relacionada à contradição existente entre capital e trabalho, e nesse sentido a produção e o trabalhador não possuem o mesmo peso dentro do modelo capitalista, que tem o lucro como meta primordial. No seio do Serviço Social a concepção de questão social mais difundida é a trabalhada por Carvalho e Yamamoto:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (1983, p.77)

Diante disso, pensar em inclusão social capaz de atingir a questão social é tentar suprir uma deficiência que o sistema impõe, e acima de tudo é constatar que ele não consegue atender toda a demanda emergente. Essa tarefa se torna indispensável quando nos remetemos à categoria gênero, tendo em vista que ao fazermos um recorte e analisarmos a parcela feminina, desde os primórdios, constatamos que ela passa por uma exclusão social, em todos os setores em que está inserida, por ser tida como frágil, sentimental, incapaz de realizar algumas tarefas até então exclusivamente masculinas.

Nas palavras dos autores, Carloto e Gomes (2011, p. 133) percebemos que eles comentam como a imagem da mulher foi se desenhando, pois “esta imagem construída do trabalho doméstico segmentou as mulheres a uma esfera invisível, excluindo-as como sujeitos da história”. Assim, seus direitos não eram assegurados de forma igualitária, desde a

submissão ao seu cônjuge até o direito a votar, em contrapartida cabia a ela o cuidado com a casa e a educação dos filhos tendo em vista que seu habitat de trabalho deveria ser exclusivamente o lar.

Nos anos de 1930²³ a mulher conquistou o direito de ir às urnas, como também a liberdade de trabalhar fora de casa, ocupando uma função social que só cabia ao homem, assim passou a contribuir com o sustento da família, acumulando funções geralmente com rendimentos diferenciados. O IBGE, em 08 de março de 2012, constatou que apesar de avanços as mulheres ainda permanecem com menores rendimentos:

O rendimento médio do trabalho das mulheres em 2011 foi R\$ 1.343,81, 72,3% do que recebiam os homens (R\$ 1.857,63). Esses valores indicam uma evolução no rendimento em relação ao ano de 2003, quando a remuneração média das mulheres foi de R\$ 1.076,04. Entretanto, pelo terceiro ano consecutivo o rendimento feminino mantém a mesma proporção (72,3%) em relação ao rendimento dos homens, em 2003 as mulheres recebiam 70,8% do que recebia, em média, um homem. Entre 2003 e 2011, o rendimento do trabalho das mulheres aumentou 24,9%, enquanto que o dos homens apresentou aumento de 22,3%.

Diante destes dados apresentados, podemos verificar que a região em que vivem também é outro elemento que contribui para que a mulher não consiga galgar objetivos necessários a sua subsistência, pois em sua maioria não proporciona condições físicas econômicas e educacionais de boa qualidade.

Segundo dados do IBGE de 2012, as regiões conhecidas como as mais pobres continuam sendo o norte e o nordeste por isso cabe um olhar mais atento a esta realidade, e a partir daí tentar vislumbrar uma maneira que pudesse sanar as dificuldades e deficiências gestadas ao longo da história de luta e conquistas de um povo esquecido e explorado principalmente em se tratando de mão de obra.

Nesta leitura feita ao longo de décadas, de forma inacabada e rasa, muitos cheios de preconceitos (leitura e escrita) acerca das referidas regiões, o Norte e o Nordeste sempre foram vistos como o lugar da seca, da miséria, da linguagem rude, do povo sem educação, mal vestido, detentores de uma cultura ultrapassada alicerçada num passado de histórias fundamentadas em personagens folclóricos.

Enquanto a seca matava apenas animais, escravos e homens pobres, ela nunca havia sido considerada um grande problema, nunca havia despertado tanta atenção, seja nos discursos parlamentares, seja nos documentos oficiais, seja na imprensa. (JUNIOR, 2007, p. 91)

²³ No código eleitoral Provisório (Decreto 21076), de 24 de fevereiro de 1932, o voto feminino no Brasil foi assegurado, após intensa campanha nacional pelo direito das mulheres ao voto.

Constatamos ao longo dos anos que a região serviu (nas mãos de políticos e dos que da política vivem) apenas como fonte eleitoreira, quando o assunto faz menção a seca, tratando o tema de forma preconceituosa, denegrindo a imagem dos que naquela região vivem, e auxiliando na construção de modelos impostos pela burguesia econômica e intelectual ao longo dos tempos.

5. A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL

Numa tentativa de inserção das categorias já citadas por nós num espaço restrito, tido superior pela sociedade capitalista, que excluem todos aqueles que não conseguem acompanhar o processo imposto, surgem programas de cunho social. Estes têm por finalidade minimizar os efeitos de uma sociedade desigual, excludente, que trata os seus de acordo com sua parcela de contribuição.

Além de trabalhar com mulheres, que na nossa sociedade sofrem diversos tipos de exclusão social, trabalhar com aquelas que são mais marginalizadas no processo, as mulheres mais pobres, dedicadas às atividades menos valorizadas e que, portanto, enfrentam barreiras muito mais difíceis de serem transpostas no sentido da sua emancipação como trabalhadoras, como representantes do gênero feminino. (MULHERES MIL, 2011, p. 5)

Assim, o Brasil em 2007, em parceria com o Canadá, lança o Programa Mulheres Mil²⁴ com um cunho inclusivo e educacional voltado exclusivamente para o público feminino implantado inicialmente como projeto-piloto em 13 estados das regiões norte e nordeste do país, por meio de uma parceria com Colleges canadenses, que tinha como objetivo garantir a capacitação profissional para populações desfavorecidas, entre eles aborígenes e imigrantes. No Brasil, esta parceria tinha como meta oferecer cursos profissionalizantes nas áreas de turismo e hospitalidade, confecção, artesanato, alimentos e gastronomia, sendo uma adaptação das experiências canadenses.

O Programa Mulheres Mil envolve uma parceria múltipla dos ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e pelas secretarias de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres, dando com isso um suporte multifacetário ao programa. Os

²⁴ O Mulheres Mil foi implantado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e parceria da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e da Associação dos Colleges Comunitários do Canadá (ACCC) e Colleges Parceiros. A execução ficou com os Institutos Federais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins. Na execução do projeto temos o CONCEFET e no âmbito nacional temos como grande parceiro o BNDES.

Institutos Federais entram nesse processo como executores do projeto, como é o caso do Campus Campina Grande servindo de ponte entre o Governo e a sociedade, colaborando desde a seleção até a finalização do processo formativo, tendo como objetivo fornecer todo o suporte para as alunas tendo no processo formativo uma ferramenta de aprendizagem.

O trabalho é encaixado a partir de eixos basilares como educação, cidadania, inserção das mulheres na sociedade de maneira efetiva e desenvolvimento sustentável, discutindo temas que fazem parte da realidade social das egressas e do mercado de trabalho que ora é almejado. Tem nesse processo o empreendedorismo como arma capaz de proporcionar uma oportunidade no mercado.

A situação de vulnerabilidade social, o não acesso ao emprego, à renda e à qualificação profissional são elementos que compõe o perfil atendido pelo Programa. Para tanto, é realizado um estudo que analisa a realidade social onde vai ser implantado e o público alvo, para que assim seja possível criar uma estrutura adequada aos interesses e demandas daquele recorte social.

O Programa Mulheres Mil foi instituído pela Portaria do MEC nº 1.015, do dia 21 julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de julho. Nele assim resolve, em seu artigo primeiro: Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Segundo esta mesma Portaria o Programa tem como Principais Diretrizes:

- I - Possibilitar o acesso à educação;
- II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas das mulheres;
- III - Promover a inclusão social;
- IV - Defender a igualdade de gênero;
- V - Combater a violência contra as mulheres.

Percebemos que para este Programa sair do papel, o projeto contou com financiadores e executores tanto do lado Brasileiro como do Canadense, investindo assim todo um aparato econômico, físico e humano que pudesse dar suporte ao mecanismo criado. O Programa tem como prioridade atender mulheres de 18 a 60 anos com baixa escolaridade, pobreza, condições de trabalho e moradia precárias, fatores que as impedem de traçar metas e alcançar objetivos. Uma demanda social crescente em se tratando de políticas públicas no Brasil, tendo em vista que a desigualdade social é fator sempre elevado.

A formação geral se baseia em três pilares: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Sendo assim, a meta é possibilitar uma formação profissional e tecnológica com

vistas a um padrão de vida mais digno para as famílias e um crescimento econômico para as regiões beneficiadas pelo programa.

Além de uma questão puramente formativa e intelectual existe ainda uma tentativa de resgatar a autoestima destas mulheres marcadas pela vida, uma oportunidade de se sentirem capazes de construir algo que realmente gostam ou sempre sonharam realizar. Não basta apenas educar, o objetivo é contribuir para que estas cidadãs assumam seu papel na sociedade em que vivem, dando sua contribuição efetiva.

Temos a adesão junto ao Programa Mulheres Mil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's)²⁵ que selecionam mulheres em situação de risco e oferecem a elas cursos de capacitação, para que aumentem sua escolaridade e recebam uma formação profissional dentro de uma perspectiva cidadã.

5.1 O PROGRAMA MULHERES MIL NO CONTEXTO DO IFPB CAMPUS CAMPINA GRANDE

Na Paraíba o Programa Mulheres Mil teve sua versão piloto no campus de João Pessoa em 2008 e, posteriormente, nos campi de João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande, Picuí e Monteiro. No contexto do IFPB Campina Grande, o Programa Mulheres Mil foi implantado em 2011, após a chamada pública realizada através do edital de seleção lançado em 25 de novembro de 2011, com o lema “*Marias... Maria: Cidadania em construção*”, visando uma construção de uma identidade social voltada para os avanços da sociedade contemporânea, proporcionando uma visão ampla de todas as esferas que envolvem a vida dessas mulheres, seja na família ou no mercado de trabalho.

Dentro dessa estimativa, muitas mulheres perdem sua identidade social: são as “MARIAS” tão somente, dentre tantas outras. Espera-se que, com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Mulheres Mil, mediante desenvolvimento de um trabalho balizado pelos eixos da Educação, Cidadania e Desenvolvimento sustentável, haja o crescimento pessoal/profissional e elevação da autoestima dessas mulheres, a fim de que elas possam assumir seu papel e lugar social, de MARIA, desta feita, com identidade própria, com voz e vez, conforme preconiza a denominação do Projeto no *Campus Campina Grande: Marias... Maria: Cidadania em construção*. (GALDINO, et al, 2012, p. 2).

Diante de tudo que mencionamos até o momento percebemos que estas mulheres (participantes do Programa Mulheres Mil) passaram por um processo de sondagem

²⁵ Os CEFETs foram transformados em 30 de dezembro de 2008, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)

constituída das seguintes etapas: pesquisa das condições de vida da cidade, economia, educação e moradia. Em um segundo momento aconteceu à divulgação do processo de seleção que iria ser realizado, tendo inscrições, entrevistas e documentação exigida conforme edital n°26, de 25 de novembro de 2011²⁶.

2.1.1. A inscrição ocorrerá mediante o preenchimento de formulário de inscrição pela candidata ou por seu representante legal, nos respectivos locais de inscrição, sendo anexada ao formulário a seguinte documentação:

- a) **Fotografia 3x4** (recente);
- b) **Cópia da Carteira de Identidade e CPF;**
- c) **Comprovante de Escolaridade** (caso tenha frequentado escola formal);
- d) **Cópia de comprovante de residência – água e luz/CASO a residência seja alugada, igualmente será necessária cópia de comprovante de aluguel;**

e) Comprovação de renda:

Se assalariada: cópia da carteira de trabalho atualizada; recibo de salário completo, contracheque (holerite);

Se desempregada: cópia da Carteira de Trabalho com a identificação, a baixa do último emprego e com a próxima página de contrato em branco.

Programa Bolsa Família (se tiver) – cópia do cartão;

Se trabalhadora autônoma, profissional liberal ou prestador de serviços: no caso de trabalhadora informal, declaração firmada por duas testemunhas, com data atual, informando a renda mensal e a atividade exercida.

Se aposentada: cópia do último comprovante de recebimento de benefício do INSS, juntamente com cópia da carteira de trabalho com a identificação, a baixa do último emprego e com a próxima página do contrato em branco.

Se pensionista: cópia do último comprovante de recebimento de benefício do INSS, juntamente com cópia da carteira de trabalho com a identificação, a baixa do último emprego e com a próxima página do contrato em branco.

Se produtora rural: Apresentar cópia do ITR (Imposto Territorial Rural), ou declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Caso não seja associado ao sindicato, fazer a declaração de próprio punho, assinada juntamente com duas testemunhas (informar nome, RG, CPF, endereço e telefone).

Se houver renda proveniente de aluguel de imóveis: cópia do contrato de locação ou declaração original do locatário, constando em ambos o valor mensal.

Se estiver recebendo pensão alimentícia: apresentar cópia da sentença judicial e declaração assinada pelo responsável do pagamento, constando o valor pago. No caso de recebimento via banco, cópia do extrato acompanhado da declaração.

Após a realização destas etapas os trabalhos iniciam com o objetivo de analisar toda a documentação entregue, o perfil de cada uma das candidatas às vagas oferecidas e a posterior entrevista. A equipe responsável por esta tarefa é composta por assistentes sociais e membros

²⁶ As informações a cerca da seleção foram coletadas do Edital n°26, de 25 de novembro de 2011 que posteriormente fora retificado através do Edital n°27, de 30 de novembro de 2011, que estão disponibilizados no site: <http://ifpb.edu.br>.

da coordenação do Programa no Campus. As vagas foram preenchidas de acordo com o perfil exigido, divididas de forma igualitária entre as cidades selecionadas a participar do processo.

As aulas foram distribuídas em 02 dias por semana, com uma carga horária de 4 horas diárias, de forma alternada, com aulas de formação geral, ministradas por servidores voluntários ou convidados pelo IFPB, totalizando 160 horas sem contar com a carga horária do curso profissionalizante. Como incentivo a participação em todo o processo é garantido às alunas uma bolsa no valor de cem reais.

Essa formação geral é composta dos conteúdos de língua portuguesa, matemática básica, qualidade de vida e saúde da mulher, direitos humanos, meio ambiente, relações humanas no trabalho e empreendedorismo. Após esse período de formação geral, as alunas iniciaram os cursos técnicos de qualificação profissional, em parceria com o SENAC e SENAI que oferecem cursos e professores. Os municípios de origem disponibilizam o transporte e o IFPB oferece todo o suporte técnico necessário à realização do curso. O curso possui uma carga horária mínima de 160 horas podendo variar de acordo com a sua especificidade nas áreas de alimentação e beleza.

Vabe salientar que a oferta do sistema “S”²⁷ atende as vagas de acordo com a cota de gratuidade em que amplia o número de vagas gratuitas nos cursos profissionalizantes para trabalhadores e estudantes de baixa renda em atendimento ao Decreto nº6635 de 05 de novembro de 2008.

Art. 68. O SENAI vinculará, anual e progressivamente, até o ano de 2014, o valor correspondente a dois terços de sua receita líquida da contribuição compulsória geral para vagas gratuitas em cursos e programas de educação profissional.

Portanto, todo o processo que vai desde a seleção até a conclusão do curso de qualificação profissional tem um tempo estipulado, tendo seu ponto final na conclusão da carga horária. Ao final de todo o processo as alunas recebem por parte do IFPB um certificado pela participação nas aulas de formação geral e outro da Instituição ministrante do curso de qualificação profissional.

²⁷ Sistema “S” é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar ao conjunto de instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira. É composto por: SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio; SESC - Serviço Social do Comércio; SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo; SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SESI - Serviço Social da Indústria; SEST - Serviço Social de Transporte; SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Fundo Aeroviário - Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica; DPC - Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha; INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Em 2011 com a primeira turma de alunas do Mulheres Mil implantada no IFPB, Campus Campina Grande foi possível perceber o perfil destas alunas que procuram o Programa conforme relata GALDINO, et al (2012, p. 3).

São 100 mulheres inscritas, sendo 34 residentes em Campina Grande – comunidade do Ligeiro-, 33, na cidade de Lagoa Seca-PB, e 33 residentes na cidade de Queimadas-PB, municípios que, segundo dados do IBGE, sofrem com a desigualdade social, e com os quais o IFPB - *Campus* Campina Grande firmou parceria para o desenvolvimento desse Programa.

Estas mulheres em sua maioria expressam características em comum no que tange a escolaridade, família, idade, condições de moradia e renda. Expressam ainda sonhos e desejos que exprimem a vontade de mudar de vida, ultrapassar a realidade sofrida pela qual passam desde os primeiros anos de sua história.

Percebemos que os programas de inclusão social como é o caso do Mulheres Mil e de outros de transferência de renda expressam estratégias governamentais e do sistema capitalista que alimentam sonhos em troca de uma mão de obra barata, pouco esclarecida, capacitada segundo seus interesses e demandas. Isso se expressa, por exemplo, nos cursos oferecidos às mulheres que participam do Programa Mulheres Mil, cursos puramente femininos, de baixo custeio, de fácil aceitação e empreendedorismo. Assim, promover a capacitação da mão de obra local, gerando emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento da região se apresenta como sendo elemento fundamental na parceria do Governo Federal com seus colaboradores.

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo proporcionar através da educação profissional, mesmo que de forma sucinta possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Além dessa função ele ainda contribui no processo de autonomia, muitas vezes indo de encontro aos modelos vivenciados até então. Segundo dados coletados²⁸, o Programa tem avançado muito desde sua implantação, afirmou o Ministro da Educação Aloizio Mercadante:

O Mulheres Mil já está presente em 112 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e beneficia 10 mil brasileiras. Para este ano, estão previstas mais 20 mil vagas e até o final de 2014 a meta é beneficiar 100 mil brasileiras, por meio da política pública que se tornou programa do Governo Federal, integrante do Brasil Sem Miséria, no ano passado. O ministro ainda se mostrou confiante com relação à continuidade do programa, voltado para atender mulheres em situação de vulnerabilidade social por meio da formação profissional aliada à elevação

²⁸ Os dados coletados em nossa pesquisa foram retirados do site do Ministério do Desenvolvimento Social-MDS.

de escolaridade. “O programa com certeza dará um salto ainda maior”, afirmou. (MULHERES MIL, 2012)

Vale salientar que os aspectos positivos acima citados também se expressam no Programa Mulheres Mil no IFPB campus Campina Grande, no respeito ao atendimento e a valorização das mulheres, onde percebemos a preocupação sempre presente em buscar e oferecer uma formação compromissada com este recorte social, buscando junto às instituições parceiras, cursos que atendam as necessidades das mesmas. Além disso, as aulas são ministradas no Campus por professores voluntários que fazem parte do corpo docente e técnico do mesmo.

Destacamos que ainda não há no Campus um espaço adequado reservado para que sejam ministrados os cursos profissionalizantes, sendo um desafio constante para equipe multiprofissional a cada turma que inicia, exigindo deles um trabalho imenso na procura destes espaços fora do Campus junto a órgãos e instituições parceiras.

As experiências do Programa destacadas pelo Governo Federal atestam a positividade do mesmo, destacando para tanto o depoimento de mulheres que tem suas memórias contadas. Percebemos que o objetivo aqui é elencar pontos positivos e não questionarmos sobre essa política que também é seletiva e excludente.

As narrativas orais das mulheres participantes refletem que houve uma transformação substantiva na vida pessoal e familiar, como sujeitos da sua própria história. Há casos em que os filhos voltaram a estudar porque querem seguir o exemplo da mãe; outras garantem a renda familiar com a própria produção etc. Os primeiros resultados de sucesso já apontavam para o caminho da institucionalização da experiência como política pública inovadora, na qual a educação e a formação profissional e tecnológica se consolidam como instrumento para a inclusão social, a equidade e o desenvolvimento sustentável de comunidades. (MULHERES MIL, 2012)

Nesse viés percebemos que o Programa enquanto Política pública vem se consolidando, avançando em suas estruturas permitindo um número cada vez maior de alunas que buscam e conseguem ingressar no sistema de acesso criado. Essa ampliação no contexto do IFPB Campus Campina Grande se expressa nas novas parcerias firmadas com os municípios vizinhos que encaminham alunas para fazer a seleção e ingressar no Programa.

No final de 2013, uma destas novas parcerias foi firmada com o município de Montadas, se juntando a Queimadas, Lagoa Seca e Campina grande atendendo uma turma de mais 100 alunas. Contando ainda com as parcerias do Senai e Senac para que os cursos possam ser ofertados as mesmas de maneira a atender as expectativas geradas.

Portanto, o Programa Mulheres Mil Campus Campina Grande desde sua implantação em 2011 já contribuiu com o ingresso de três turmas no mercado de trabalho, proporcionando condições mais favoráveis de emprego e renda. No que se refere ao avanço na melhoria da aprendizagem, leitura e escrita, será sempre um desafio, por se tratar de mulheres em sua maioria com pouca escolaridade e baixos índices de aproveitamento escolar.

Considerações finais

Ao fazermos leituras acerca do Programa Mulheres Mil para construir este artigo, verificamos que as mulheres assistidas pelo referido programa espelham a maioria das mulheres do Brasil e, em especial, do nosso Nordeste marcado por sofrimentos e preconceitos raciais, culturais, sociais, morais e religiosos. São mulheres que saíram de seus lares com o objetivo de romper com o comodismo e com a falta de oportunidades.

O Programa Mulheres Mil, no IFPB, vem trazer oportunidades reais de ingresso no mundo do trabalho, contribuindo com a formação cidadã de mulheres que a partir de então buscarão ingressar no empreendedorismo ou ainda utilizarão as ferramentas adquiridas através da formação para melhor gerir sua casa e sua família, pelo menos é essa meta que o Programa se dispõe a alcançar com seus objetivos.

O nosso olhar sobre esta realidade nas experiências de estágio ao longo de 18 meses nos permitiu perceber que o Programa traz um caráter capitalista e por ser assim trabalha numa direção mercadológica em que o objetivo principal é formar mão de obra para o mercado e não somente ampliar a formação educacional dessas mulheres. O mesmo ainda trás em seu estereótipo de Política Social uma imagem ideológica alienante que por vezes não permite ultrapassar as barreiras impostas pelo grande capital.

Sendo assim, percebemos que a questão social é enfrentada ainda de forma tímida e com ferramentas ainda insuficientes, que priorizam a consolidação do sistema capitalista e seus círculos de consumo e lucro. O incentivo ao empreendedorismo demonstra essa realidade de forma clara e objetiva.

Queremos através da nossa contribuição, intensificar os estudos na área e promover novas discussões acerca do tema de tão viva realidade. Entendemos a força do tema nos debates acadêmicos e extra-acadêmicos, e assim, aqui deixamos nossa contribuição.

Referências

- BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2).
- BRAVO, Maria Inês Souza. PEREIRA, Potyara Amazoneida (orgs). **Política social e democracia**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- BRASIL. Portaria Nº 1.015 de 21 de julho de 2011. Publicada no DOU em 22 jul. 2011. p. 38. Seção 1.
- BRASIL. **Lei 11.892/2008** de 29 de dezembro de 2008. Publicada no **DOU** em 30 de dezembro de 2008, p.1.
- BRASIL, Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL, Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A assistência social no Brasil: da caridade ao direito**. Disponível em: www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/. Acesso em: 01 de janeiro de 2014.
- DIHL, Kelly. **A política de combate à pobreza do Plano Brasil sem Miséria (Governo Dilma Rousseff): erradicação da pobreza ou controle sobre os pobres?** Disponível em: www.ets.unc.edu.ar. Acesso em: 01 de setembro de 2013.
- FEHLBERG, Maria da Penha Almeida. **Serviço social: influências religiosas, constituição da profissão e os desafios atuais**. São Leopoldo: EST/PPG, 2009. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2014.
- GALDINO, Patrícia Gomes. et al. Um olhar sobre o perfil socioeconômico e educacional das mulheres contempladas com o Programa Mulheres Mil do IFPB – *Campus Campina Grande*. Disponível em: <http://prop.i.ifo.edu.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 26. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 15 de agosto 2013.
- JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras das discórdias**. São Paulo: Cortez 2007.
- <http://www.ifpb.edu.br> acesso em 20 de julho de 2013.
- <http://www.ipea.gov.br/> Acesso em: 16 de agosto de 2013.

<http://www.mds.gov.br/> Acesso em: 20 de julho de 2013.

<http://portal.mec.gov.br/> Acesso em: 20 de julho de 2013.

<http://pt.wikipedia.org> Acesso em: 02 de setembro de 2013.

MACIEL, David. **De Lula à Dilma Rousseff**: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br>. Acesso em: 01 de setembro de 2013;

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4. Ed. p. 43 e 44.

MARIUCCI, Elza Marques da Silva. ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. **Mulher e trabalho**: um debate necessário no contexto das políticas neoliberais. Disponível em: www.uel.br/eventos. Acesso em: 01 de setembro de 2013.

www.mulheresmil.mec.gov.br/ Acesso em: 4 de janeiro de 2014;

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Disponível em: www.pucsp.br/cesso. Acesso em 01 de setembro de 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Sobre a Política de Assistência Social no Brasil - 2. ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com>. Acesso em 01 de outubro de 2013.

Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e Norma Operacional Básica- NOB/SUAS. Brasília. 2005.

ROCHA, Maria da Consolação. **As políticas neoliberais implementadas no Brasil nos anos 90 e as repercussões na vida das trabalhadoras brasileiras**. Disponível em: www.seminariogeneroufpb.org. Acesso em: 01 de setembro de 2013.

SPOSATI, Aldaíza et al. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 9ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. p 112.

YASBECK, Maria C. **O serviço Social como especialização do trabalho coletivo**. In Capacitação em Serviço Social: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Módulo 2, Brasília: CEAS/UNBCFESS, 1999.